



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze (05.06.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, José Artur de Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e de logo solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, indagou ao Colégio de Procuradores se tinham recebido as atas dos dias 30 e 17 de abril de 2013. Indagados se existia algum pedido de aperfeiçoamento quanto às atas. O Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz comentou que a do dia 30 de abril de 2013 já havia sido aprovada, considerando que o que se discutiu naquela oportunidade foi se a Ata seria publicada na íntegra ou em extrato e a maioria decidiu que fosse publicada em extrato. Dr. Dilmar considerou que foi dada a oportunidade de se discutir a respeito do teor do extrato e que a Ata ainda não tinha sido aprovada. Após debaterem sobre essa questão, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz solicitou uma certidão da Ata na íntegra do dia 30 de janeiro de 2013. Dr. Sérgio questionou ao Colégio se havia objeção quanto ao teor do extrato da Ata do dia 30 de janeiro de 2013, não havendo oposição por parte do Colegiado, restando aprovada. Declarou então o Presidente da Sessão aprovada a Ata do dia 30 de janeiro de 2013 e autorizando a publicação do extrato no DOE. Dito isso, Dr. Sérgio indagou ao Colégio quanto à necessidade de aperfeiçoamento da Ata do dia 17 de abril de 2013. Sobre esse questão, o Dr. Dilmar Lopes Camerino questionou se havia a possibilidade de a Secretaria fornecer o que foi gravado nessa reunião. Confirmada essa possibilidade, foi questionado se havia alguma sugestão de aperfeiçoamento. Mantendo-se silente o Colegiado, foi declarada aprovada a ata do dia 17 de abril de 2013. O Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia a saber: **Itens 1 e 2** que tratavam da deliberação sobre as Atas supracitadas e que por isso, já foram objeto de deliberação. O **item 3**. Proposta de aperfeiçoamento da minuta do Colégio alterando as atribuições da 4ª, 6ª e 7ª Promotorias da Capital. O **item 4**. Processo PGJ – 1025/2006. Assunto:



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

10
11
12
13
14
15
16
17
18
40 Pedindo documentos. Interessado: Luiz Roberto Barros. O item 5, Processo PGJ –
41 4697/2012. Assunto: Solicitação de sugestão para alteração de Resolução do CNMP
42 que versa sobre atuação político-partidária por membros do MP. Interessado:
43 Conselheiro Jarbas Soares Júnior. O item 6. Matérias que eventualmente venham a ser
44 inseridas por membros deste Colegiado. Feita a leitura da ordem do dia, e ressaltado
45 que os itens 1 e 2 já haviam sido apreciados, passou-se a deliberação do item 3. Item 3
46 que trata da alteração da resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, que versa
47 sobre as atribuições 4ª, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça da Capital (órgãos de execução).
48 O Presidente da Reunião disse que tratava-se de um pleito de iniciativa dos titulares
49 dessas Promotorias (Dr. Waldimir Bessa, Dr. Alberto Fonseca e Dr. Francisco Tenório),
50 destacando que essas alterações não interfeririam nas atribuições dos demais órgãos de
51 execução da Comarca de Maceió. Enfocou o artigo 2º, que impacta diretamente na
52 supressão da vantagem que hoje é percebida por um dos órgãos de execução, haja vista
53 que ficará extinta a coordenação administrativa que unia os órgãos de execução.
54 Pedindo a palavra e fazendo uso dela, Dr. Dilmar Lopes Camerino parabenizou ao
55 Procurador-Geral de Justiça pela iniciativa, mas considerou que com esse parágrafo, o
56 artigo segundo, precisava de mais reflexão. Não se tratando de um pedido de vistas,
57 mas apenas de um convite à reflexão. No debate, Dr. Afrânio Roberto Pereira de
58 Queiroz, considerou que há uma diminuição do trabalho e se pronunciou afirmando
59 que não vê como isso vai melhorar a atuação ministerial. Dr. Dilmar Lopes Camerino
60 se opôs a essa visão destacando que o que vê é uma especialização, uma racionalização
61 do trabalho. Por sua vez o Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque afirmou o
62 seguinte: “eu particularmente pensava quando ouvi falar nessa proposta que nós
63 iríamos extinguir ou modificar essas Promotorias pelo menos uma, para atuar em áreas
64 em que estamos carentes de atuação. Não tenho nada contra os colegas.
65 Particularmente na área judicial, minha esposa trabalhou no fórum numa área
66 específica durante seis meses e nesse período, o Promotor esteve lá apenas quatro
67 vezes para saber se tinha ou não processo. Não é culpa do Promotor, é que não tinha
68 processo. E tem colegas que tem muitos processos. Nos damos ao luxo de ter
69 Promotores que vão ao fórum de quinze em quinze dias saber se tem processo. Minha
70 esposa passou seis meses e não tinha processo para esse Órgão. Espero que no futuro
71 possamos fazer uma modificação bem mais ampla. Por que não é possível que uns
72 trabalhem tanto e outros trabalhem tão pouco.” Dr. Dilmar Lopes Camerino
73 parabenizou ao Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque por suas palavras. Dr.
74 Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto destacou que essa matéria já foi discutida
75 na gestão do Dr. Eduardo Tavares Mendes. Dr. Dilmar Lopes Camerino informou que
76 há só um equívoco na fala do eminentíssimo Sr. Procurador de Justiça Antônio
77 Arecippo de Barros Teixeira Neto, esse problema da capital não foi discutido à
78 sociedade. Dr. Sérgio interveio destacando que: “a rigor, achei válida a proposta do

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

19
20
21
22
23
24
25
26
27
79 texto de resolução e explico. O MP, em várias esferas, não é apenas órgão agente, é
80 órgão interveniente. Pode ser que outro colega não veja uma proliferação de ações, mas
81 existem. Ações que são encaminhadas ao MP como fiscal. Nesse caso, discuti
82 longamente com os colegas, com o Dr. Humberto, se era conveniente esta resolução e a
83 resposta foi positiva. Ora, antes havia a ideia de Promotoria de Justiça Coletiva. A
84 Resolução CPJ/AL nº 38/2012 extinguiu a ideia de Promotoria Coletiva. As vezes a
85 atribuição de dois ou mais Promotores são símiles, mas a concepção de Promotoria
86 Coletiva deixou de existir. O objetivo é buscar a eficiência. Mas buscar eficiência com
87 os atuais titulares, pode ser que amanhã um deles não seja tão eficiente e é por isso que
88 existe norma na Lei do MP que permite a este CPJ alterar e mudar a atribuição sem
89 processo legislativo." Destacou ainda que os três promotores são do Meio Ambiente e
90 que nesse caso, como se explica, com a especialidade, aprovada a proposta, teremos
91 um Promotor com esta especialidade na fase extrajudicial e arrematou dizendo que no
92 momento em que imprimimos a especialidade aos órgãos de execução, garante-se a
93 eficiência. Sobre esse aspecto, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
94 acrescentou que, na prática, essa 4ª Promotoria, cuja titularidade é do Dr. Alberto
95 Fonseca, já faz quase que, com exclusividade, a parte administrativa e se aprovarmos a
96 proposta de resolução, só se estará normatizado o que de fato já ocorre. Dr. José Artur
97 Melo parabenizou a participação de todos neste debate e acrescentou: "me causa
98 preocupação não somente nesse caso específico. Tenho alma de Promotor e ouço
99 muitas reclamação de Promotoria de carga excessiva de trabalho e outras vazias.
100 Estatística a gente não pode desprezar. O MP de hoje não é o de outrora. E hoje nós
101 temos, há pouco tempo, não vou nominar, colegas que não sei como faziam o mapa,
102 aliás, consta do relatório da Corregedoria a quantidade ínfima, eu não se sei como isso
103 se justificava diante do CNMP. Uma metodologia, tem que ser feita para uma
104 distribuição." Finalizando as discussões, Dr. Areccipo corroborou as palavras de Dr.
105 José Arthur Melo, mas ressaltou que esse questionamento já foi decantado em prosa e
106 verso na gestão do Dr. Eduardo Tavares. Após os debates, Dr. Sérgio Jucá informou
107 que a ideia preliminar era de alterar, modificar as atribuições do órgãos de execução da
108 capital, mas em face de conflito, Dr. Eduardo apenas reenumerou e modificou apenas
109 três Promotorias, criou outras três. Mas não houve, a rigor, modificação nas
110 atribuições. O que houve foi uma renumeração das Promotorias. Dito isso, passou a
111 colher os votos dos Procuradores de Justiça, que votaram aprovando a proposta da
112 Resolução em tela por unanimidade. O Presidente da Sessão então informou que
113 posteriormente, essa minuta adquirirá um número e será publicada no Diário Oficial do
114 Estado de Alagoas. Passou-se à apreciação do item 4 que trata da deliberação do
115 processo cujo interessado é o Dr. Luiz Alberto Barros. O teor do processo é um
116 requerimento feito em 2006 no qual o Promotor, então aposentado, solicitava uma série
117 de providências, inclusive a expedição de certidões. O relator desse processo foi o Dr.



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual

Colégio de Procuradores de Justiça

118 Antiógenes Marques de Lira. Instalados os debates sobre os encaminhamentos desse
119 procedimento, deliberou-se por unanimidade pelo arquivamento dos autos em razão da
120 morte do requerente. Passou-se então a apreciação do item 5, Processo PGJ –
121 4697/2012, que trata da solicitação de sugestão para alteração de Resolução do CNMP
122 que versa sobre atuação político-partidária por membros do MP, cujo interessado é o
123 Conselheiro Jarbas Soares Júnior. O objetivo é elaborar um texto que venha
124 uniformizar essa questão entre os Estados Brasileiros, com possíveis sugestões sobre a
125 edição desse documento oriundas dos diferentes Ministérios Públicos Estaduais.
126 Instalados os debates, em seguida restou deliberado pelo encaminhamento das folhas
127 01 *usque* 06, 11, 13, 14, 15, 20 e 21 do Processo nº PGJ/AL-4697/2012. Por fim,
128 passou-se a apreciação do item 6, que trata da inserção de matéria em pauta. No
129 tocante a esse item, o Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo solicitou à Secretaria que
130 fosse redefinida a posição dos membros do Colégio na mesa de reunião em função da
131 antiguidade. O Presidente da Sessão, Dr. Sérgio Jucá, questionou ao Colégio se havia
132 objeção? Não havendo objeção, foi aprovada a proposta do Dr. Lean Antônio Ferreira
133 de Araújo. Acrescentou, ainda, que em razão disso, seria razoável, a posteriori, dialogar
134 com os membros da Procuradoria de Justiça Criminal e da Procuradoria de Justiça
135 Cível sobre a renumeração dos cargos. Dada que essa é uma atividade das
136 Coordenações dessas Procuradorias, ficou então acordado que seria feito um
137 documento conjunto entre os coordenadores com a finalidade de renumerar esses
138 cargos em função da antiguidade. Lean Antônio Ferreira de Araújo ressaltou seus
139 cumprimentos ao Procurador-Geral, Dr. Sérgio Jucá, pela reabertura do Memorial do
140 Ministério Público, cumprimento que foi acompanhado pelo Dr. Antônio Arcippo de
141 Barros Teixeira Neto. Dr. Sérgio Jucá agradeceu e acrescentou que com relação a
142 devolutiva da placa que dá nome a Sala de Reunião dos Órgãos Colegiados, disso
143 estamos cuidando e só não foi ainda novamente afixada a placa porque está sendo
144 providenciada a impermeabilização da parede e uma vez que estamos em período de
145 chuva, não é viável impermeabilizá-la agora, mas tão logo seja realizado esse
146 procedimento, a placa retornará ao seu devido lugar. Com a palavra o Dr. Márcio
147 Roberto Tenório de Albuquerque disse: “Fizemos 35 correções nesse primeiro
148 semestre. Apesar das dificuldades, estamos caminhando bem. Isso não teria sido
149 possível sem o apoio material da PGJ através do Procurador-Geral. Em qualquer
150 momento, o nosso Procurador, não mediu esforços. Agradecemos a atuação do nosso
151 Procurador-Geral. Quero expor o voto de congratulação ao Corregedor Substituto Dr.
152 Vicente Félix, que atuou, com grande trabalho, na minha ausência. Ele demonstrou que
153 está comprometido com sua função na Corregedoria”. Submetido à apreciação do
154 Colégio, a proposta do voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade.
155 Retornada a palavra para o Presidente da Sessão, Dr. Sérgio Jucá acrescentou o
156 seguinte: “Todos os colegas sabem que faleceu o Dr. Frederico George Brotherwold

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

37
38
39
40
41
42
43
44
45



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

157 Medeiros. Eu proporia que nós aprovássemos um voto de pesar para a família, se os
158 colegas assim entenderem". Voto que também foi aprovado por unanimidade. Dr.
159 Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto acrescentou que: "Estamos na fase final do
160 concurso para Promotor de Justiça. Na última fase temos 127 candidatos, falta prova
161 de tribuna e de títulos. Com a participação do Alfredo Gaspar, como Secretário, e o
162 representante da OAB, Tutmés Toledo, estamos todos de parabéns por estar
163 ingressando no nosso quadro uma turma muito boa. Quase 3000 candidatos. Na fase
164 final 127 nessa fase. Temos Juízes, graduados também em engenharia eletrônica pelo
165 ITA, Procuradores de Estado, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Oficiais da
166 Polícia da Bahia, dentre outros. Nenhuma censura foi feita na realização desse evento.
167 Parabenizo mais uma vez a todos e gostaria que estas minhas palavras ficassem
168 registradas na ata". Retornada a palavra, o Dr. Sérgio Jucá acrescentou que: "Estou
169 criando dois grupos de trabalho, o GT da improbidade administrativa e o GT da saúde.
170 Quero dar a essa gestão o cunho social e intensificar a atuação do MP social e
171 resolutivo, não vamos esquecer de lutar contra a desonestidade na administração
172 pública. Teremos no GT da improbidade, e daqui a duas semanas o GT da saúde, e
173 terão 5 membros". Dito isto, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a
174 presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata,
175 o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Assinatura manuscrita em azul de Sérgio Jucá.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ/MPE/AL

Assinatura manuscrita em azul de Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza.

Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

183
184
185
186

área de modernização para fazer uma apresentação da modernização que nós estamos fazendo na educação no Estado de Alagoas e eu vou aqui ou ali fazendo algum comentário em momento que seja pertinente". Dizendo assim, passou a palavra para o Servidor da Secretaria de Educação, Arthur, responsável pelo setor de Gestão Escolar, apresentou a estrutura administrativa, o organograma da Secretaria de Educação, destacando suas dificuldades burocráticas e apresentou o projeto de modernização pelo qual está passando a SEEE-AL. Em seguida passou a palavra para a servidora Josimircine, coordenadora de engenharia da SEEE-AL, que explicou a situação da infraestrutura que foi encontrada nas escolas da rede quando da assunção do atual Secretário e a realidade atual pós reformas empreendidas, bem como em todos os prédios administrativos. Por fim, solicitou ao servidor Tércio, coordenador da modernização da SEEE-AL, que fizesse a exposição dos projetos de acordo com o Banco Mundial. Ao final da exposição da equipe da SEEE-AL, Dr. Sérgio agradeceu e indagou aos senhores Procuradores de Justiça se gostariam de formular alguma pergunta. Dito isso, Dr. Antônio Arceippo pediu a palavra e cumprimentou os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, Secretário do CPJ, Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação Dr. Adriano Soares, Coronel do Exército Mário Sérgio, Dr. Francisco Beltrão e demais Senhores e Senhoras da plateia: "eu não tenho nenhuma argumentação ao Secretário, apenas e tão somente parabenizar a vossa excelência, parabenizar vossa equipe e dizer que o Governo do Estado está fazendo, na minha visão, uma grande administração, principalmente no aspecto administrativo, está de parabéns por esta gestão que está sendo implantada e implementada na Secretaria de Educação no Estado de Alagoas". Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao Dr. Geraldo Magela, que corroborou com as palavras do Dr. Antônio Arceippo, elogiando a gestão do Secretário de Educação e parabenizando-o por seu trabalho. Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que cumprimentou a todos os presentes, passando a dizer: "me sinto gratificado. Não foi em vão que eu vim aqui hoje, Deus sabe como faz as coisas porque eu estava com a visão muito deturpada da Secretaria de Educação atual e até de vossa excelência como gestor, porque na realidade tivemos aqui uma apresentação de uma ilustre colega e ela trouxe informações que me deixaram muito preocupado, mas também feliz porque parte dessa preocupação já não existe, dúvidas foram dissipadas, porém eu continuo com uma, se nós estamos fazendo o concurso para aquele que pula de grau, o chamado supletivo,

pois, segundo tomei conhecimento, não está sendo realizado em Alagoas". Diante desse questionamento, Dr. Adriano Soares respondeu: "O supletivo está sendo realizado em Alagoas. Nós estamos indo para a terceira etapa do supletivo. Teremos prova do supletivo na final dessa semana". Retornada a palavra para o Dr. Sérgio, agradeceu e passou a palavra para o Dr. Eduardo Tavares, que cumprimentou a todos os presentes e assim se manifestou: "quero parabenizá-lo Dr. Adriano, eu quero parabenizar o Governador Teotônio Vilela, quero parabenizar toda sua equipe, que mostrou aqui que há uma sintonia, uma sinergia, há uma cumplicidade, isso é importante, entre aqueles que fazem hoje a Secretaria de Educação e com base em tudo isso, eu tenho certeza absoluta que nós teremos grandes resultados e eu serei um torcedor para que vossa excelência seja um vitorioso e mostre aos alagoanos que Alagoas não precisa ser o último lugar no IDEB, aliás, tem que ser um dos melhores e nós chegaremos lá. Parabéns a todos pela bellissima exposição". Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e concedeu a palavra ao Dr. Marcos Méro que, após cumprimentar a todos, fez o seguinte questionamento ao senhor Secretário de Educação: "como eu me preocupo muito com a valorização do professor, por que não existe educação sem um mestre, apenas fiquei na curiosidade de saber qual é o piso salarial do professor em Alagoas?" Em resposta, Dr. Adriano Soares disse: "hoje de 20h está em R\$ 1.040,00 e de 40h R\$ 2.030,00. Qual é a grande questão quando se fala hoje de remuneração de professor e quando, por exemplo, da polícia militar? É a quantidade de profissionais. Nós temos 15 mil, porque temos que contar os aposentados, então, qualquer mudança na folha, ela impacta em muito. E o que é mais triste nessa equação, Dr. Marcos, é o fato de que nós temos dinheiro para pagar os ativos. Agora o tesouro não suporta pagar os inativos, e, aí, é um problema de gestão do passado. Não se tinha um sistema de previdência. O Governador, Dr. Teotônio Vilela, vai deixar um grande legado para Alagoas que é ter feito o AL-Previdência com devia ter sido feito. Agora, e o AL-Previdência só vai funcionar para os que entrarem no serviço público a partir de 2005, quando ele foi instituído no modelo atual. Então todos os aposentados do poder executivo, hoje vão para a conta do tesouro. Nós vamos ter professores se aposentando e aqui também, todos os aposentados não sai da folha. Nós vamos continuar contratando professores porque temos o dinheiro do FUNDEB, mas isso vai gerando o problema de você não ter como aplicar um PCCS, eu hoje confesso, eu tenho conversado com o sindicato, em privado, porque em público a gente troca farpas, mas em privado se conversa. E nós temos conversado com o sindicato mostrando esta realidade e o sindicato tem consciência que

estamos conscientes. Que durante um bom tempo teremos muitas dificuldades para uma política ideal de remuneração do servidor, do professor. Então, por ora, os professores em atividade vão se beneficiar do rateio. É uma política pobre, mas é a única que hoje nós temos condições de fazer." Com a palavra do Dr. Marcos Méro asseverou: "Vamos trabalhar no sentido de procurar meios para valorizar mais o professor". Por sua vez o Dr. Adriano Soares acrescentou o seguinte: "com o royalty da educação, se forem colocados os recursos do pré-sal todo para a educação, como se quer, e se já houver para os estados que não são produtores hoje, a participação na distribuição, nós teremos condições de fazer uma política muito melhor. Então se você destina o royalty do pré-sal todo para educação como se quer, o Brasil dá um salto na educação, nós vamos conseguir valorizar os servidores. Então a solução ela existe, mas depende hoje do Governo Federal, sobretudo nos estados periféricos, como é o caso de Alagoas, que depende do FPE, depende dos recursos que venham por convênio, então nós somos muito dependentes do Governo Federal." Dito isto, Dr. Marcos agradeceu e parabenizou ao Secretário de Educação pelo trabalho desenvolvido. Com a palavra o Dr. Eduardo Tavares pediu a palavra e mais uma vez foi concedida, fazendo o seguinte questionamento: "Dr. Adriano, vossa excelência falou aqui na questão do piso em relação ao Rio Grande do Sul. Por uma questão de comparação eu gostaria de saber qual é o piso de lá, do Rio Grande do Sul?" Em resposta, Dr. Adriano afirmou: "É o mesmo. É um piso nacional". Acrescentou que Alagoas paga além do piso, enquanto que o Rio Grande do Sul não chega a pagar sequer o piso. Acrescentando o seguinte: "Em remuneração nós somos o sétimo do país e o segundo do nordeste. Isso levou um governador de São Paulo a dizer que: olhe, tá vendendo? É por isso que Alagoas está quebrada, porque faz esse tipo de política para os servidores sem ter condição. Hoje, a categoria mais forte que temos no serviço público é a dos professores. Eles se organizaram e isso é bom, conseguiram aumentos, mas veja, isso está causando, em todos os municípios ou na grande maioria dos municípios, os planos de cargos e carreiras elaborados pelo mesmo consultor, que é muito competente, o Dr. Professor Milton Canuto, ligado ao sindicato. Mas o que tem acontecido então? Boa parte dos municípios hoje não consegue pagar a folha do professor com o FUNDEB, tem que botar recurso próprio. Tira dinheiro do investimento. No Estado de Alagoas, o Governo do Estado, isto não acontece. Governo do Estado tem sobre dos 60%, então eu tenho como fazer a política remuneratória. Mas é fundamental dizer que Alagoas hoje é um dos que melhor paga aos professores". Dr. Eduardo Tavares agradeceu pelo esclarecimento. Com a palavra o Dr. Sér-

gio, assim se pronunciou: "Em nome do bravo Ministério Público do Estado de Alagoas e deste Órgão da Administração Superior, o Colégio de Procuradores de Justiça, agradeço a contribuição do Dr. Adriano Soares da Costa, Ilustre Secretário de Educação de Alagoas, dando as explicações necessárias sobre esse tema que é palpante, da educação do estado. Agradeço também a presença dos servidores da pasta e suspendo a reunião por cinco minutos." Retornada a reunião, ante o avançar da hora, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de
Justiça

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze (05.06.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arceippo de Barros Teixeira Neto, Walber José Valente de Lima, Leon Antônio Ferreira de Araújo, Dilmir Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, José Artur de Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e do logo solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, indagou ao Colégio de Procuradores se tinham recebido as atas dos dias 30 e 17 de abril de 2013. Indagados se existia algum pedido de aperfeiçoamento quanto às atas. O Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz comentou que a do dia 30 de abril de 2013 já havia sido aprovada, considerando que o que se discutiu naquela oportunidade foi se a Ata seria publicada na íntegra ou em extrato e a maioria decidiu que fosse publicada em extrato. Dr. Dilmir considerou que foi dada a oportunidade de se discutir a respeito do teor do extrato e que a Ata ainda não tinha sido aprovada.

Após debaterem sobre essa questão, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz solicitou uma certidão da Ata na íntegra do dia 30 de janeiro de 2013. Dr. Sérgio questionou ao Colégio se havia objeção quanto ao teor do extrato da Ata do dia 30 de janeiro de 2013, não havendo oposição por parte do Colegiado, restando aprovada. Declarou então o Presidente da Sessão aprovada a Ata do dia 30 de janeiro de 2013 e autorizando a publicação do extrato no DOE. Dito isso, Dr. Sérgio indagou ao Colégio quanto à necessidade de aperfeiçoamento da Ata do dia 17 de abril de 2013. Sobre esse assunto, o Dr. Dilmir Lopes Camerino questionou se havia a possibilidade de a Secretaria fornecer o que foi gravado nessa reunião. Confirmada essa possibilidade, foi questionado se havia alguma sugestão de aperfeiçoamento. Mantendo-se silente o Colegiado, foi declarada aprovada a ata do dia 17 de abril de 2013. O Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia a saber: Itens 1 e 2 que tratavam da deliberação sobre as Atas supracitadas e que por isso, já foram objeto de deliberação. O item 3. Proposta de aperfeiçoamento da minuta do Colégio alterando as atribuições da 4ª, 6ª e 7ª Promotorias da Capital. O item 4. Processo PGJ - 1025/2006. Assunto: Pedindo documentos. Interessado: Luiz Roberto Barros. O item 5, Processo PGJ - 4697/2012. Assunto: Solicitação de sugestão para alteração de Resolução do CNMP que versa sobre atuação político-partidária por membros do MP. Interessado: Conselheiro Jarbas Soares Júnior. O item 6. Matérias que eventualmente venham a ser inseridas por membros deste Colegiado. Feita a leitura da ordem do dia, e ressaltado que os itens 1 e 2 já haviam sido apreciados, passou-se a deliberação do item 3. Item 3 que trata da alteração da resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, que versa sobre as atribuições da 4ª, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça da Capital (órgãos de execução). O Presidente da Reunião disse que tratava-se de um pleito da iniciativa dos titulares dessas Promotorias (Dr. Waldimir Bessa, Dr. Alberto Fonseca e Dr. Francisco Tenório), destacando que essas alterações não interfeririam nas atribuições dos demais órgãos de execução da Comarca de Maceió. Enfatizou o artigo 2º, que impacta diretamente na supressão da vantagem que hoje é percebida por um dos órgãos de execução, haja vista que ficará extinta a coordenação administrativa que unia os órgãos de execução. Pedindo a palavra e fazendo uso dela, Dr. Dilmir Lopes Camerino parabenizou ao Procurador-Geral de Justiça pela iniciativa, mas considerou que com esse parágrafo, o artigo segundo, precisava de mais reflexão. Não se tratando de um pedido de vistas, mas apenas de um convite à reflexão. No debate, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, considerou que há uma diminuição do trabalho e se pronunciou

afirmando que não vê como isso vai melhorar a atuação ministerial. Dr. Dilmir Lopes Camerino se opôs a essa visão destacando que o que vê é uma especialização, uma racionalização do trabalho. Por sua vez o Dr. Márcio Roberto Tenório do Albuquerque afirmou o seguinte: "eu particularmente pensava quando ouvi falar nessa proposta que nós iríamos extinguir ou modificar essas Promotorias pelo menos uma, para atuar em áreas em que estamos carentes de atuação. Não tenho nada contra os colegas. Particularmente na área judicial, minha esposa trabalhou no fórum numa área específica durante seis meses e nesse período, o Promotor esteve lá apenas quatro vezes para saber se tinha ou não processo. Não é culpa do Promotor, é que não tinha processo. E tem colegas que tem muitos processos. Nos damos ao juro de ter Promotores que vão ao fórum de quinze em quinze dias saber se tem processo. Minha esposa passou seis meses e não tinha processo para esse Órgão. Espero que no futuro possamos fazer uma modificação bem mais ampla. Por que não é possível que uns trabalhem junto e outros trabalhem tão pouco." Dr. Dilmir Lopes Camerino parabenizou ao Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque por suas palavras. Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto destacou que essa matéria já foi discutida na gestão do Dr. Eduardo Tavares Mendes. Dr. Dilmir Lopes Camerino informou que há só um equívoco na fala do eminentíssimo Sr. Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, esse problema da capital não foi discutido à saciedade. Dr. Sérgio interveio destacando que: "a rigor, achei válida a proposta do texto de resolução e explico. O MP, em várias esferas, não é apenas órgão agente, é órgão interveniente. Pode ser que outro colega não veja uma proliferação de ações, mas existem. Ações que são encaminhadas ao MP como fiscal. Nesse caso, discuti longamente com os colegas, com o Dr. Humberto, se era conveniente esta resolução e a resposta foi positiva. Ora, antes havia a ideia de Promotoria de Justiça Coletiva. A Resolução CPJ/AL nº 38/2012 extinguiu a ideia de Promotoria Coletiva. As vezes a atribuição de dois ou mais Promotores são similares, mas a concepção de Promotoria Coletiva deixou de existir. O objetivo é buscar a eficiência. Mas buscar eficiência com os atuais titulares, pode ser que amanhã um deles não seja tão eficiente e é por isso que existe norma na Lei do MP que permite a este CPJ alterar o mudar a atribuição sem processo legislativo." Destacou ainda que os três promotores são do Meio Ambiente e que nesse caso, como se explica, com a especialidade, aprovada a proposta, teremos um Promotor com esta especialidade na fase extrajudicial e arrematou dizendo que no momento em que imprimimos a especialidade aos órgãos de execução, garante-se a eficiência. Sobre esse aspecto, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque acrescen-

tuou que, na prática, essa 4ª Promotoria, cuja titularidade é do Dr. Alberto Fonseca, já faz quase que, com exclusividade, a parte administrativa e se aprovamos a proposta de resolução, só se estará normalizando o que de fato já ocorre. Dr. José Artur Melo parabenizou a participação de todos neste debate e acrescentou: "me causa preocupação não somente nesse caso específico. Tenho alma de Promotor e ouço muitas reclamações de Promotoria de carga excessiva de trabalho e outras vazias. Estatística a gente não pode desprezar. O MP de hoje não é o de outrora. E hoje nós temos, há pouco tempo, não vou nominá-los, colegas que não sei como faziam o mapa, aliás, consta do relatório da Corregedoria a quantidade infima, eu não sei se sei como isso se justificava diante do CNMP. Uma metodologia, tem que ser feita para uma distribuição." Finalizando as discussões, Dr. Arecippo corroborou as palavras de Dr. José Artur Melo, mas ressaltou que esse questionamento já foi decantado em prosa e verso na gestão do Dr. Eduardo Tavares. Após os debates, Dr. Sérgio Jucá informou que a ideia preliminar era de alterar, modificar as atribuições dos órgãos de execução da capital, mas em face de conflito, Dr. Eduardo apenas renumerou e modificou apenas três Promotorias, criou outras três. Mas não houve, a rigor, modificação nas atribuições. O que houve foi uma renumeração das Promotorias. Dito isso, passou a colher os votos dos Procuradores de Justiça, que votaram aprovando a proposta da Resolução em tela por unanimidade. O Presidente da Sessão então informou que posteriormente, essa minuta adquirirá um número e será publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Passou-se à apreciação do item 4 que trata da deliberação do processo cujo interessado é o Dr. Luiz Alberto Barros. O teor do processo é um requerimento feito em 2006 no qual o Promotor, então aposentado, solicitava uma série de providências, inclusive a expedição de certidões. O relator desse processo foi o Dr. Antígenes Marques de Lira. Instalados os debates sobre os encaminhamentos desse procedimento, deliberou-se por unanimidade pelo arquivamento dos autos em razão da morte do requerente. Passou-se então a apreciação do item 5, Processo PGJ - 4697/2012, que trata da solicitação de sugestão para alteração de Resolução do CNMP que versa sobre atuação político-partidária por membros do MP, cujo interessado é o Conselheiro Jarbas Soares Júnior. O objetivo é elaborar um texto que venha uniformizar esse assunto entre os Estados Brasileiros, com possíveis sugestões sobre a edição desse documento oriundos dos diferentes Ministérios Públicos Estaduais. Instalados os debates, em seguida restou deliberado pelo encaminhamento das folhas 01 usque 06, 11, 13, 14, 15, 20 e 21 do Processo nº PGJ/AL-4697/2012. Por fim, passou-se a apreciação do item 6, que trata da inserção de matéria em pauta. No tocante a esse

item, o Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo solicitou à Secretaria que fosse redefinida a posição dos membros do Colégio na mesa de reunião em função da antiguidade. O Presidente da Sessão, Dr. Sérgio Jucá, questionou ao Colégio se havia objeção? Não havendo objeção, foi aprovada a proposta do Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo. Acrescentou, ainda, que em razão disso, seria razoável, a posteriori, dialogar com os membros da Procuradoria de Justiça Criminal e da Procuradoria de Justiça Civil sobre a renumeração dos cargos. Dada que essa é uma atividade das Coordenações dessas Procuradorias, ficou então acordado que seria feito um documento conjunto entre os coordenadores com a finalidade de renumerar esses cargos em função da antiguidade. Lean Antônio Ferreira de Araújo ressaltou seus cumprimentos ao Procurador-Geral, Dr. Sérgio Jucá, pela reabertura do Memorial do Ministério Público, cumprimento que foi acompanhado pelo Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto. Dr. Sérgio Jucá agradeceu e acrescentou que com relação a devolutiva da placa que dá nome a Sala de Reunião dos Órgãos Colegiados, disso estamos cuidando e só não foi ainda novamente afixada a placa porque está sendo providenciada a impermeabilização da parede e uma vez que estamos em período de chuva, não é viável impermeabilizá-la agora, mas tão logo seja realizado esse procedimento, a placa retornará ao seu devido lugar. Com a palavra o Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque disse: "Fizemos 35 correções nesse primeiro semestre. Apesar das dificuldades, estamos caminhando bem. Isso não teria sido possível sem o apoio material da PGJ através do Procurador-Geral. Em qualquer momento, o nosso Procurador, não mediu esforços. Agradecemos a atuação do nosso Procurador-Geral. Quero expor o voto de congratulação ao Corregedor Substituto Dr. Vicente Félix, que atuou, com grande trabalho, na minha ausência. Ele demonstrou que está comprometido com sua função na Corregedoria". Submetido à apreciação do Colégio, a proposta do voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade. Retornada a palavra para o Presidente da Sessão, Dr. Sérgio Jucá acrescentou o seguinte: "Todos os colegas sabem que faleceu o Dr. Frederico George Brotherwold Medeiros. Eu proponia que nós aprovássemos um voto de pesar para a família, se os colegas assim entenderem". Voto que também foi aprovado por unanimidade. Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto acrescentou que: "Estamos na fase final do concurso para Promotor de Justiça. Na última fase temos 127 candidatos, falta prova de tribuna e de títulos. Com a participação do Alfredo Gaspar, como Secretário, e o representante da OAB, Tutmes Toledo, estamos todos de parabéns por estar ingressando no nosso quadro uma turma muito boa. Quase 3000 candidatos. Na fase final 127 nessa fase.

Temos Juízes, graduados também em engenharia eletrônica pelo ITA, Procuradores de Estado, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Oficiais da Polícia da Bahia, dentre outros. Nenhuma censura foi feita na realização desse evento. Parabéns mais uma vez a todos e gostaria que estas minhas palavras ficassem registradas na ata". Retornada a palavra, o Dr. Sérgio Jucá acrescentou que: "Estou criando dois grupos de trabalho, o GT da improbidade administrativa e o GT da saúde. Quero dar a essa gestão o cunho social e intensificar a atuação do MP social e resolutivo, não vamos esquecer de lutar contra a desonestidade na administração pública. Temos no GT da improbidade, e daqui a duas semanas o GT da saúde, o terço 5 membros". Dito isto, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de
Justiça
Ata de 8ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (24.07.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Walber José Valente de Lima, Geraldo Magela Pirauá, Dennis Lima Calheiros, Vicente Félix Correia, José Arthur Melo, Artran de Pereira Monte, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Subprocurador-Geral Institucional, Doutor Walber José Valente de Lima, agradeceu a presença e saudou a todos. De logo, solicitou do Secretário ad hoc deste Colegiado, Dr. Almir José Crescêncio, a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Presidente declarou instalada a Reunião. Dr. Walber iniciou justificando a ausência do Dr. Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista que naquele momento estava havendo no 5º andar do Prédio do Ministério Público do Estado de Alagoas uma

coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu, apresentadas pela Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques. Dada esta explicação, o Presidente da Sessão solicitou ao Senhor Secretário ad hoc a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL - 3405/2013, que tem como interessada Jamille Mendonça Setton Mascarenhas e que trata da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas para o ano de 2014. 2. Comunicações e outras matérias. Após a leitura da ordem do dia, passou-se a apreciação do item 1: Dr. Walber José Valente de Lima fez a exposição deste item destacando que: "Temos um prazo para remeter a proposta orçamentária e esse prazo encerra-se no dia seis de agosto. No entanto, há de se considerar que mesmo depois de aprovada a proposta pelo CPJ, ela deve ser digitalizada dentro dos programas de leitura de computadores no setor competente para se remeter ao poder executivo. Temos um prazo exíguo. Temos colegas de férias e, por conseguinte, dificuldades em reunir o Colégio. Nessa reunião Dr. Almir José Crescêncio está funcionando como secretário ad hoc e solicito que o ilustre secretário distribua a proposta orçamentária aos membros do CPJ para que tenham a oportunidade de vê-la. Essa proposta é exatamente a mesma dos anos de 2011 e 2012. A de 2011 e 2012 tem um total de R\$ 132.844.200,00. No entanto, o que foi aprovado pelo governo foram R\$ 108 milhões. Estamos mandando a mesma de R\$ 132 milhões porque o governo, junto com o Poder Judiciário, e as Secretarias têm contingenciado o orçamento, cortando o que é possível. Acenando que há uma dificuldade financeira. Temos que remeter essa proposta e ela será aprovada até o dia 06 de agosto do ano em curso. São os mesmos valores. Coloco em discussão". Superada a exposição, passou-se à fase de discussão. Dr. Vicente Félix Correia fez então a seguinte consideração: "uma indagação estamos na iminência da nomeação de mais de 30 Promotores de Justiça. Esse valor suportaria?", em resposta Dr. Walber José Valente de Lima afirmou que: "sem realizar cortes, o que eu tenho conhecimento é que se fosse aprovado os mesmos valores com o que temos hoje, o orçamento seria possível nomear um pequeno número de Promotores de Justiça". Dr. Eduardo Tavares Mendes pediu a palavra e se manifestou da seguinte forma: "Primeiramente quero esclarecer que orçamento não pode ser reduzido. A menos que haja um corte na própria carne e os poderes aceitem. Aqui é impossível. Porque essa proposta é a mesma. Quando enviamos a proposta de 132 milhões, a colocamos num patamar negociável. Acredito que a proposta como está aqui está excelente". Dr. Walber José Valente de Lima, acompanhado de Dr. Eduardo Tavares Mendes e o Dr. Vicente Félix Correia reafirmou sua preocupação com

Walber José Valente de Lima
Subprocurador-Geral Institucional

Almir José Crescêncio
Secretário ad hoc do Colégio de Procuradores
de Justiça

a nomeação dos futuros Promotores de Justiça. Dr. José Arthur Melo contribuiu com o debate evidenciando sua preocupação com a previsão do aumento dos membros do MPE que já está previsto para o início de 2014. Dr. Eduardo Tavares Mendes reafirmou sua posição evidenciando que a proposta da forma como está é a que possibilita negociações com o governo do estado e permite dentro o horizonte das possibilidades atender todas as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque acompanhou a argumentação do Dr. Eduardo Tavares Mendes. Superada a fase de discussão, Dr. Walber José Valente de Lima passou a colher os votos, tendo sido aclamada a proposta orçamentária contida no Procedimento Administrativo nº PGJ/AL - 3405/2013. No tocante ao item 2, comunicações e outras matérias, Dr. Vicente Félix Correia se pronunciou justificando a ausência do Procurador de Justiça Dilmar Camerino, em face de uma consulta médica, não podendo chegar a tempo desta Reunião. Os comunicados da corregedoria, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque emitiu dois comunicados: o primeiro agradecendo ao Procurador-Geral de Justiça pelo apoio dado à Corregedoria quando determinou e foi autorizado o mútuo na Promotoria de Santana do Ipanema. O segundo, é que a partir desse ano, está sendo entregue a Comenda da Corregedoria a Promotores e Procuradores de Justiça. Esse ano já foi decidido, o Procurador de Justiça homenageado é o Dr. Dilmar Lopes Camerino e a Promotora de Justiça homenageada é Dra. Micheline Tenório. No que tange aos comunicados da Ouvidoria, Dr. Eduardo Tavares Mendes destacou que a Ouvidoria está ligada ao Colégio de Procuradores de Justiça e é órgão auxiliar desse Colégio, informou que já foi publicado o primeiro relatório com as oitivas e as apções da Ouvidoria. Dito isso, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz pediu a palavra e sugeriu que o Colégio pudessem se fazer presente no 5º andar para prestigiar a colega Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques, tendo em vista que naquele momento estava havendo uma coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu. Encerrados os comunicados e não tendo sido inserida matéria nova em pauta, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário ad hoc e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

PAUTA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CSMP
A SER REALIZADA NO DIA 18.09.2013

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, na próxima quarta-feira, dia 18.09.2013, às 9h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

□ Apreciação da Ata de 23ª Reunião Ordinária do CSMP
PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

1. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4332/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 1ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
2. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4434/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema.
3. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4433/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 10ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
4. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4432/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 9ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
5. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4431/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
6. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4430/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
7. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4429/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 6ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
8. Processo Administrativo nº PGJ/AL - 4428/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 5ª Pro-